



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE TECNOLOGIA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

CAMILA LETÍCIA DA SILVA DOURADO AZEVEDO

**ANÁLISE DE UM BALANÇO SOBRE A PRODUÇÃO HABITACIONAL
ATRAVÉS DO PAC URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS
PRECÁRIOS EM BELÉM (PA)**

BELÉM - PA

2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE TECNOLOGIA
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO

CAMILA LETÍCIA DA SILVA DOURADO AZEVEDO

**ANÁLISE DE UM BALANÇO SOBRE A PRODUÇÃO HABITACIONAL
ATRAVÉS DO PAC URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS
PRECÁRIOS EM BELÉM (PA)**

Trabalho Final de Graduação
apresentado à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da
Universidade Federal do Pará,
ano de 2023, como requisito
final para obtenção de grau de
bacharel em Arquitetura e
Urbanismo sob orientação da
Profa. Dra. Roberta Menezes
Rodrigues.

BELÉM - PA

2023

**ANÁLISE DE UM BALANÇO SOBRE A PRODUÇÃO HABITACIONAL
ATRAVÉS DO PAC URBANIZAÇÃO DE ASSENTAMENTOS
PRECÁRIOS EM BELÉM (PA)**

Trabalho Final de Graduação
apresentado à Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo da
Universidade Federal do Pará,
ano de 2019, como requisito
final para obtenção de grau de
bacharel em Arquitetura e
Urbanismo.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Roberta Menezes Rodrigues
Orientadora

Prof. Dr. José Júlio Ferreira Lima
Avaliador

Profa. Ma. Monique Bentes Machado Sardo Leão
Avaliadora

Belém, 20/12/2023 Conceito: _____

| | |
|--|----------|
| SUMÁRIO | 4 |
| Assentamentos Precários e sua Urbanização em Belém/PA..... | 9 |
| Método..... | 11 |
| Resultados..... | 11 |
| Discussão..... | 27 |
| Referências..... | 29 |

Resumo

A Urbanização de Assentamentos Precários (UAP) na cidade de Belém enfrenta diversos desafios, tendo o componente de solução habitacional um papel muito importante nestas obras. No intuito de compreender as problemáticas que envolvem essa urbanização e produção habitacional, foi dado continuidade a um balanço da produção habitacional através do Programa de Aceleração de Crescimento dentro do eixo Urbanização de Assentamentos Precários (PAC UAP) em Belém. A partir de uma tabela elaborada pelos autores Rodrigues, Araújo e Castro (2018), o presente trabalho buscou dar continuidade ao balanço, investigando também sobre o tema de urbanização de assentamento precários, assentamentos precários na cidade de Belém (PA) e temas pertinentes relacionados. Como resultado, percebe-se uma dificuldade no avanço de como a urbanização dos assentamentos da cidade pode avançar, por sempre retornar a solução equivocada de projetos de macrodrenagem sem o componente de urbanização, assim como a dificuldade de se propor soluções habitacionais mais coerentes com cada assentamento, decisões projetuais não coerentes com as características dos mesmos, devido à ausência de uma classificação dessas áreas e ausência da aplicabilidade efetiva de instrumentos urbanísticos como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), tanto ZEIS de vazio como ZEIS ocupadas, que auxiliariam no direcionamento destes projetos. Conclui-se que é emergente a importância da devida classificação, para definição de tipologias de ZEIS, que permitam inclusive a integração dos projetos de UAPs devido o grande volume de projetos dessa natureza necessários para a capital paraense.

Palavras-chave: Assentamento Precário, Urbanização, Habitação

Abstract

The Urbanization of Precarious Settlements (UPS) in the city of Belém faces several challenges, with the housing solution component having a very important role in these works. In order to understand the problems involving this urbanization and housing production, a balance of housing production was continued through the Growth Programa de Aceleração de Crescimento Urbanização de Assentamentos Precários (PAC UAP) in Belém. By the authors Rodrigues, Araújo and Castro (2018), the present work sought to continue the balance, also investigating the theme of urbanization of precarious settlements, precarious settlements in the city of Belém (PA) and related pertinent topics. As a result, there is a difficulty in advancing how the urbanization of the city's settlements can proceed, as it always returns to the wrong solution of macro-drainage projects without the urbanization component, as well as the difficulty of proposing housing solutions that are more coherent with each settlement, design decisions that are not consistent with their characteristics, due to the absence of a classification of these areas and the lack of effective applicability of urban instruments such as the Special Social Interest Zone (ZEIS), both empty ZEIS and occupied ZEIS, which would help in directing these projects. It is concluded that the importance of traceability is emerging for the definition of ZEIS typologies, which included the integration of UAP projects due to the large volume of projects of this nature necessary for the capital of Pará.

Keywords: Precarious Settlement, Urbanization, Housing.

Introdução

Assentamentos precários são definidos pelo antigo MDR, pela Política Nacional de Habitação como “conjunto de assentamentos urbanos inadequados ocupados por moradores de baixa renda, incluindo as tipologias tradicionalmente utilizadas pelas políticas públicas de habitação (...)”, definidos como cortiços, favelas ou loteamentos irregulares de periferia (Ministério das Cidades, 2010). Eles são historicamente formados por razões diversas possuem uma conexão direta com o déficit habitacional do país.

A falta de condições financeiras para arcar com o valor de um imóvel bem localizado, seja em forma de aluguel ou pagamento de casa própria, vivenciada por muitas famílias, assim como, a especulação imobiliária, muito comum nos centros urbanos, que faz com que exista muitos imóveis em boas condições e bem localizados permanecerem vazios para futuros investimentos, ou ainda a ausência de planejamento de expansão e crescimento do núcleo urbano, essas razões concomitantes com a ausência de uma política habitacional que exerça o controle sobre esses eventos de modo mais obstinado criam o cenário propício para a existência de vários assentamentos inadequados espalhados por todo país e sendo muito emblemático em grandes e pequenas cidades.

Quando localizados nas regiões centrais das cidades, possuem como uma das possíveis questões principais a dificuldade de acesso à moradia digna por preço acessível dentro do centro urbano, levando as famílias a se estabelecerem próximas a essa centralidade, contudo em áreas inadequadas - e conseqüentemente mais baratas, seja por motivos ambientais ou pela falta de infraestrutura urbana (MARICATO, 1996, PÁG 58). Essa proximidade com o centro se justifica por este ser onde se concentra a oferta de emprego, educação, infraestrutura urbana, bens e serviços e o próprio acesso às facilidades da cidade como um todo. Quando são localizados nas franjas do município, distantes do centro, a questão financeira também é um dos motivos devido essas regiões estarem mais distantes da disputa por imóveis bem localizados, tornando uma área mais barata. Essa região comumente também não possui infraestrutura urbana adequada, o que as vezes ocorre por não estarem nos planos de expansão da cidade. Nessa circunstância, as dificuldades envolvem também a precariedade de serviços e a distância de acesso a eles, além da precariedade de transportes.

As condicionantes que levaram a existência dos assentamentos precários são importantes para a compreensão de como ocorrem as relações cidadinas e a discussão sobre o tema trouxe à tona as lutas pelo direito à cidade e moradia. Mas antes, na verdade de modo paralelo a isso, o pensamento mais comum que se sobressaía era de que essas áreas representavam uma parte negativa da cidade, “enfejavam” o entorno e deveriam ser removidas. Desta forma, ações e projetos de remoção nas décadas de 1920 e 1930 eram muito comuns, eram realizadas em prol de projetos de remodelação urbana e justificados por eles.

Remoções em massa, sem assistência para as famílias atingidas, por um tempo foi um padrão, não se pensava em atender as camadas sociais de menor poder aquisitivo. Eventualmente, devido a fatores como alta resistência dos desassistidos e altos valores para realização da expulsão, surgem alguns primeiros projetos de urbanização desses assentamentos, várias experiências foram apontando similaridades ao lidar com essas áreas ao mesmo tempo que logo se percebe a impossibilidade de uma padronização de projeto ou forma de lidar com os diferentes sítios. Esses projetos, chamados de urbanização de assentamentos precários (UAP), se caracterizam pela implantação de infraestrutura urbana em áreas “qualificadas como espaços de segregação, pobreza, isolamento e forte desigualdade socioespacial” (PINHEIRO et al, 2016).

Durante a execução das UAP's, surgem problemáticas que envolviam a impossibilidade de fazer o traçado retangular, visto como “ideal”, em qualquer sítio, paralização da execução devido projetos que requeriam muitas remoções para serem executados e ausência de solução habitacional, o que logo trazia alta resistência, alguns ao serem finalizados não resolviam a totalidade dos problemas

locais, por não atender as necessidades da comunidade em termos de equipamentos públicos, urbanização incompleta, espaços públicos que logo eram modificados de acordo com o que a comunidade necessitava. Houve também a problemática da gentrificação, pois em uma UAP bem finalizada ou que pelo menos os benefícios fossem mais atrativos, logo a especulação imobiliária se apropriava das áreas recém aprimoradas, trazendo um outro perfil social que passava a ocupar a localidade.

As dificuldades ao pensar essas áreas também envolviam e ainda envolvem tanto o perfil da comunidade como a condição do sítio. Se a comunidade era muito ou pouco organizada, a quanto tempo ocupavam a área, quais os modos de subsistência predominantes, entre outros fatores. Quanto ao sítio, se era localizado em encostas, áreas de preservação permanente (APP's), áreas alagáveis, terrenos privados ou públicos, o quão urbanizado era a área dentre outros. Todos esses pontos foram paulatinamente sendo vistos até se perceber a necessidade de classificar os assentamentos e as intervenções como forma de ter um passo de ações dentro da UAP.

Uma outra compreensão sobre a UAP cedo se torna visível, pois o nível de possibilidade de consolidação da região assim como o modo de gestão dos entes responsáveis, as condições financeiras para execução e definições de projeto ditavam o número de remoções das famílias, que sendo removidas precisavam de uma nova moradia. Logo se alcança uma nova discussão, a de como se resolve a questão habitacional. Muitos projetos de UAP foram paralisados e ficaram incompletos devido a falta de solução ou soluções insuficientes neste quesito.

A problemática de soluções habitacionais caminha em paralelo às UAP's. Até antes do período Vargas (1930 e 1945), o processo de produção, locação ou financiamento habitacional era “gerido” pela “livre força do mercado” (BONDUKI, 1994). Não existia ainda projetos de provisão habitacional, um dos motivos que levava à autoconstrução em sítios de localidade justificada, e dessa forma iam surgindo os primeiros assentamentos precários urbanos, como já comentado. É neste governo que o Estado Brasileiro assume uma nova postura para com a situação habitacional do país, incluindo a mesma em uma estratégia mais ampla de governo e colocando o déficit habitacional dentro de uma questão social, criando uma política urbana de habitação (BONDUKI, 1994). Contudo, os projetos do período foram pensados para classes específicas, de operários, trabalhadores, entre outros e abordava majoritariamente a unidade habitacional (idem, 1994).

A questão principal, era que esses programas ou projetos tinham a visão voltada para grupos específicos, não se pensava tanto em habitação de interesse social (ALMEIDA, 2005). Habitação de Interesse Social (HIS), é definida como a produção habitacional voltada para famílias de baixa renda que não possuem acesso à moradia formal ou não possuem recursos financeiros para arcar com um técnico especializado para este fim (PORANGABA, 2020). Havia, portanto, trabalhos paralelos de HIS e UAP's que não se complementavam, nem incluíam a camada social que realmente precisava de amparo em termos de habitação e habitabilidade. Desta forma, temos uma trajetória histórica de vários programas nacionais, estaduais e municipais voltados de modo isolado para HIS ou UAP's até surgir programas que comesçassem a ver a necessidade de análises de quando é preciso trabalhar os dois em conjunto ou mesmo quando se torna uma obrigação, por não ser possível fazer a urbanização sem promover habitação para os removidos por exemplo.

Sobre os programas nacionais, a Fundação Casa Popular (FCP) e o Banco Nacional da Habitação (BNH) foram importantes no sentido de percepção da necessidade de se incluir a provisão de infraestrutura além da provisão habitacional (PORANGABA, 2020; MARICATO, 1987). Em relação ao BNH, Maricato (1987) explica que o foco que inicialmente era de produção habitacional posteriormente é dado para promoção de infraestrutura, isso se deu devido à falta de “clientes com estrutura financeira para responder às regras do jogo, daí a investida rumo às prefeituras municipais e governos estaduais” (MARICATO, 1987), havia uma alta taxa de inadimplência dentre a clientela de produção habitacional. Percebe-se que durante a existência dos dois programas um mesmo problema foi encontrado, se tratando da dificuldade de pagamento por parte dos atendidos pelo

programa, de forma que ele não se sustentava e recorria a um agente tomador que pudesse arcar com os custos, este sendo o governo.

Com estes programas, a conexão entre a provisão de habitação e urbanização de assentamentos não é necessariamente vista, não é nem mesmo a razão para a execução das duas, na verdade o foco direcionado passou de habitação para urbanização por razões financeiras, quais fazem fortemente parte da discussão sobre como se promove e financia habitação e urbanização, principalmente para uma classe que não tem como lidar com os seus custos. A questão das problemáticas em torno do financiamento destas obras e projetos acompanha os programas voltados tanto para UAP como para HIS, levando também à análise da qualidade dos mesmos, em termos de projeto, negociação e execução.

Quando a forma de se lidar com favelas começa a mudar, surgem programas como o Programa de Erradicação de Submoradia (Promorar) (1978), o Programa Habitar Brasil (HBB) com origem de recursos da OGU, posteriormente se tornando o Programa Habitar Brasil BID (HBB-BID), que passa a ter convênio com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). São programas mais focados na UAP. Esse último programa trouxe como novidade o fato de que o acesso aos recursos pelas administrações eram feitas somente para aqueles que elaborassem “um componente de desenvolvimento institucional que implicasse em montagem de bases de dados, elaboração de diagnósticos e planos de intervenção no campo dos assentamentos precários”, ou seja, essa elaboração era um pré-requisito para acesso aos recursos, objetivando que a entidade administrativa tivesse um estudo antes do recebimento e aplicação dos valores recebidos (CARDOSO, ARAGÃO e JAENISCH, 2017).

Outro acontecimento importante para a produção de UAP e HIS, foi a inserção e atuação de agências multilaterais dentro do cenário brasileiro. Arantes (2006) aponta que tais instituições começaram a atuar e se inserir em países do terceiro mundo a partir da década de 60 e explicita sobre a influência e ideologia que agências financeiras multilaterais como o BID e o Banco Mundial exerceram e ainda exercem sobre a forma como o poder público utiliza recursos, criando um padrão na organização do Estado e direcionamento dos gastos.

Dentre as políticas urbanas propostas pelas agências, houve uma agenda de “urbanização com baixos padrões”, que nas palavras de Arantes (2006), foram

“sistemas de serviços urbanos e de política habitacional que adotem standards inferiores aos dos países centrais, adequados às possibilidades financeiras da periferia – em um contexto de “reforma social” a qual minimizasse o risco de novas insurreições populares naqueles países.”

Em outras palavras, era escolhido entre fazer a urbanização no mesmo padrão de países centrais para uma pequena quantidade de pessoas ou “baixar” este padrão para atender uma quantidade maior de pessoas (ARANTES, 2006). O autor pontua a importância de se analisar esta agenda e seu resultado com cuidado, ele pondera que isto envolve uma perda na qualidade do ambiente construído e no atendimento de direitos sociais, mesmo que a priori pareça ser uma decisão razoável.

Ainda de acordo com Arantes (2006), isso demonstra como o urbanismo modernista era incapaz de ser implantado em 1/3 do mundo, pois muitos países no interior do capital não possuíam recursos suficientes para implantar tais modelos, desta forma, o Banco mundial usa uma nova

matriz urbanística, onde “as necessidades mínimas não ditam mais o modelo de urbanização, e sim as possibilidades financeiras dos pobres urbanos” (ARANTES, 2006), agora sendo posto como principal fator a capacidade de pagamento dos futuros beneficiados, saindo então de uma ideia de qualidade mínima para custo mínimo.

Após a constituição de 1988, a habitação passa a ser tratada por lei como direito social e projetos voltados para sanar o déficit habitacional passam a ser mais sensíveis para com as famílias afetadas que precisam ser remanejadas, reassentadas ou removidas dos locais da obra, e, ainda que, na prática, esse direito não seja garantido em plenitude, a mudança na legislação pode ser vista como conquista. Pois neste momento passou a existir um amparo legal maior para luta contra remoções e, a moradia sendo entendida como direito, também é possível levantar a obrigatoriedade de promoção habitacional no caso de remoção em projetos de UAP. É importante a compreensão que por que mais que legalmente o direito à cidade e

moradia só tenha sido oficializado com a constituição de 1988, a luta por eles existiu desde o início.

Em 2003, durante o governo Lula (2001- 2004), é criado o Ministério das Cidades, mas adiante em 2005 foi criado o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), com finalidade de implementação de políticas e programas de moradia digna. Em 2006, o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS) é criado com objetivo de centralizar recursos orçamentários ao SNHIS.

Em 2007, no segundo mandato de Lula, é criado o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), e em 2009, é criado o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Em resumo, houve 3 tipos de políticas de intervenções em assentamentos ou favelas, desfavelamento ou remoção, reurbanização ou demolição/reconstrução e a urbanização integrada de assentamentos precários (PONTES ET ALL, 2014).

Assentamentos Precários e sua Urbanização em Belém/PA

Quando se trata da cidade de Belém, no Estado do Pará, a capital possui em seu território uma grande quantidade de assentamentos precários, isso se justifica historicamente e geograficamente por alguns fatos. Até meados do século XX, a forma de produção e ocupação da região paraense estava ligada ao curso dos rios, este era o canal que viabilizava o transporte e a troca de mercadorias, influenciado também por uma economia extrativista e pelo fato dos rios serem os acessos principais em um período que ainda não existiam rodovias (LEÃO, 2013; CARDOSO & LIMA, 2006). Ao longo dos leitos dos rios, existiam cidades, redes de vilas ribeirinhas e outros tipos de assentamentos localizados em suas beiras, tais ocupações iam evoluindo ou crescendo conforme sua importância enquanto ponto nodal nestas redes, tendo elas, independentemente do tamanho e importância, “uma frente” voltada para o rio, onde ficavam as principais atividades locais, como feiras, portos, atividades administrativas ou religiosas, entre outras (LEÃO, 2013; CARDOSO & LIMA, 2006).

As vilas ribeirinhas são formadas pela comunidade conhecida popularmente como “ribeirinhos”, que se localizavam em áreas rurais, tinham economia através da caça, pesca, rotatividade da cultura agrícola e possuíam habitações palafíticas. Tais habitações, não são exclusivas dessa comunidade ou da região amazônica, sendo muito presente em áreas tropicais, normalmente feitas de madeira, com pilares que elevam do chão, palha ou telha na cobertura, com a existência de estivas para conexão entre casas (LEÃO, 2013).

A região do município de Belém possuía vários cursos de rios e foi sendo ocupada contornando as áreas de várzea ou secando e drenando estas partes com objetivo de obter um traçado retilíneo (RODRIGUES, LIMA, PONTES & ALL, 2012), desta forma o processo de ocupação foi se formando de modo que as pessoas mais abastadas ocupavam as áreas secas,

mais altas ou drenadas, enquanto pessoas de menor poder aquisitivo ocupavam o que foi configurando as chamadas “baixadas” (LEÃO, 2013 apud CARDOSO et all, 2007 – pag 68). Segundo Leão (2013), o termo baixada faz referência aos “aspectos físicos do relevo, associados ao local de moradia de população pobre e informalidade”, além de estarem sujeitas a alagamento por terem normalmente cota altimétrica entre 4,00 e 4,50m.

Essa ocupação da cidade e nas áreas baixas se intensificou na década de 60, quando, devido conflitos rurais e estagnação econômica, o fluxo migratório do interior para a capital aumentou muito e as periferias da cidade cresceram de forma a intensificar a densidade desses assentamentos (LEÃO, 2013). As pessoas vindas do interior adaptavam seu modo de construção à cidade, desta forma criando várias áreas com construções palafíticas, que acabavam sendo construídas de modo precário, devido ausência de infraestrutura urbana, principalmente de esgoto, madeira inadequada ou de má qualidade para este uso, entre outras ausências que tornavam o assentamento precário para moradia (LEÃO, 2013).

Devido a grande presença de cursos d’água da cidade, uma grande parte dos assentamentos precários tem justamente as baixadas como tipologia, áreas que são alagáveis de modo parcial, integral, de modo contínuo ou sazonalmente e estão localizadas em várias partes da cidade sem a devida conexão

viária, sem a devida infraestrutura urbana, gerando um grande impasse tanto de conexão urbana quanto problemas ambientais. O fato de os leitos dos rios serem ocupados de modo desordenado sem um planejamento também trouxe para a cidade um grande problema ambiental enfrentado até hoje que são os alagamentos de grande parte da capital devido a perda da possibilidade de escoamento das águas pelos rios.

Uma outra tipologia de assentamento precário existente no município são os loteamentos, que se tornaram muito comuns em algumas áreas de expansão como os localizados na Av. Augusto Montenegro. Tais loteamentos foram realizados de modo formal ou informal. Devido a ausência de uma legislação urbanística norteadora para a área, os loteamentos formais são caracterizados por grandes lotes, condomínios horizontais e verticais que ocuparam grandes glebas e muitos dos quais murados em todo perímetro, inviabilizando as conexões viárias e interação com o entorno. Os assentamentos precários são justamente aqueles informalizados, que foram sendo feitos nos espaços vazios entre esses grandes condomínios. Eles também são presentes em outras localidades, mas possuem similaridades como uma única via de acesso principal, ausência de infraestrutura urbana, autoconstrução e distância de serviços básicos ou dificuldade de acesso a estes.

No caso dessa tipologia de assentamento precário da cidade, temos a Comunidade Olaria como exemplo. Localizada no bairro Tapanã, possui uma única via de acesso sendo a Rodovia do Tapanã, não possui infraestrutura como água, energia elétrica que atenda toda comunidade, recolha de resíduos e lixo, instalações de esgoto, asfaltamento, mesmo equipamentos comunitários. A comunidade não possui possibilidade de conexão viária para além da Rodovia principal, pois os dois lados possuem condomínios fechados murados. O assentamento também é passível de alagamento, pois possui parte dele que fica periodicamente alagado por ser um terreno mais baixo além do fato de avançar em direção ao igarapé redenção.

Na trajetória da cidade, temos dois cenários, duas formas de lidar com um relevo com muitos cursos d'água: ou foram sendo ocupados de forma "informal", consequentemente se transformando em assentamentos precários, baixadas, devido às deficiências de infraestrutura comentadas, ou foram sendo aterrados, solução vista como ideal por seus idealizadores para integração da cidade e apropriação pelo mercado imobiliário. A ausência de execução de soluções com mais sensibilidade para lidar com os leitos dos rios dentro de um planejamento estratégico é um dos principais motivos pela atual situação ambiental caótica do município.

Diante desses cenários, devido grandes partes da cidade serem baixadas, serem áreas alagáveis, e também por pressão do mercado de terras e mercado imobiliário, os processos de UAP's pensados para a cidade normalmente vem junto com projetos de macrodrenagem, em uma continuidade ao pensamento de que a solução é conter e aterrar essas margens de rios, o que devido a densidade desses locais geram processos de remoção e reassentamento numerosos.

Em Belém, muitos projetos de UAP incluindo alguns do PAC, passaram e ainda passam por problemas devido remoções e remanejamentos de alto volume, sendo uma das justificativas inclusive para paralisações de algumas obras. A cidade, contudo, enfrenta ainda um outro desafio, onde a proposta de urbanização não é colocada em primeiro plano, ou mesmo colocada à vista, quando surgem projetos de macrodrenagem a serem realizados em assentamentos precários sem todo o arcabouço necessário para a devida urbanização e atendimentos dos direitos das famílias afetadas.

Tais projetos são apresentados como solução exclusiva para os alagamentos, mas acabam por se aproximar mais de urbanização de assentamentos do que apenas a execução de macrodrenagem isolada. Um dos casos mais recentes, o Projeto do Canal Lago Verde, que integra a Macrodrenagem da Bacia do Tucunduba, teve recentemente a recomendação de paralisação das obras pelo Ministério Público do Pará e Defensoria Pública, devido a uma série de adequações necessárias no projeto indicadas por um relatório realizado pela Universidade Federal do Pará (UFPA) (JornalPará, 2023). O relatório apontava uma série de irregularidades,

“...ausência de participação da comunidade na elaboração do projeto e execução da obra; não realização das etapas de consulta pública nas fases de licenciamento ambiental; violação de direitos humanos e

ameaça ao direito de permanência das famílias na área legalmente instituída como de zona interesse social pelo plano diretor do município de Belém; (...) desarticulação do projeto de intervenção com o Projeto de Regularização Fundiária desenvolvido pelo UFPA na área; (...)” (JornalPará, 2023).

Para além destas, o relatório também aponta a possibilidade de transformação do Lago Verde em esgoto à céu aberto e possibilidade de gentrificação da área, tendo como causa possível indenizações insuficientes para obtenção de novas moradias entre outros pontos importantes. Projetos como estes de macrodrenagem acabam por mascarar o que deveriam ser tratadas como urbanizações desses assentamentos, mostrando uma dificuldade no avanço da discussão de como realizar UAP, uma vez que se volta a essa tentativa de trazer “investimento” para a área, novamente ignorando as discussões sobre como se resolve a questão habitacional dos afetados, afastando soluções mais sensíveis do ponto de vista ambiental para os cursos dos rios, se tornando um enclave, pois não se consegue analisar apenas a dimensão da drenagem sem tratar a complementação do sistema de infraestrutura urbana, do sistema viário, da integração desses assentamentos da cidade e logo também sem articular estratégias inclusive para o grande número de urbanizações que a cidade precisa.

Método

Foi realizada revisão bibliográfica a respeito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), no que diz respeito aos investimentos na área de Urbanização de Assentamentos Precários (UAP's), dando foco e ênfase na produção habitacional realizada dentro das obras do PAC na cidade de Belém-PA. Houveram reuniões em grupo de estudo, para discussão das informações e dados encontrados, assim como análise dos mesmos. Também foram feitas pesquisas na internet, em sites de instituições como Caixa Econômica Federal (CAIXA), Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC), Companhia de Habitação do Pará (COHAB/PA), Prefeitura Municipal de Belém e outros em busca de notícias a respeito de atualizações de dados a respeito dos projetos do PAC, andamento e irregularidades dos projetos (como situações de ocupação dos edifícios ainda em construção, pausa nas obras, desistência de continuidade ou novas contrapartidas por parte dos agentes tomadores), mudanças de legislação, discussões sobre o futuro das obras em andamento do PAC UAP, discussões sobre novos projetos de Urbanização de Assentamentos Precários na cidade de Belém (ainda que já fora do PAC habitação, mas mostrando o rumo que projetos do gênero vem tomando), assim como discussões o relançamento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) e do novo PAC pelo atual governo federal.

Também foi realizada uma entrevista com os arquitetos da SEHAB, assim como anotações, resumos, fichamentos das informações obtidas de forma a sistematiza-las e facilitar a compreensão e análise.

Resultados

Entrando na análise do PAC, os resultados obtidos advêm de uma revisão da bibliografia a respeito do programa tendo como partida um estudo já existente, o balanço do PAC habitação na RMB feito por Rodrigues, Araújo e Castro (2018), qual se busca dar continuidade. Diante do contexto da Política habitacional no Brasil apresentado, surge o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC), como um “pacote de medidas econômicas centradas, principalmente em investimentos públicos na realização de obras de infraestrutura” (CARDOSO e DENALDI, 2018), ou seja, o programa se tratava de investimentos em infraestrutura de larga escala, com objetivo de promover crescimento econômico. O PAC possuiu duas etapas, a primeira realizada entre 2007 e 2010 e a segunda entre 2012 e 2017, sendo o programa oficialmente encerrado em 2019, pelo decreto D9784, de 28 de junho de 2019.

Foram destinados cerca de 619 bilhões de reais para primeira etapa do PAC, alocados em 3 eixos: infraestrutura logística, infraestrutura energética e infraestrutura social e urbana. Posterior ao lançamento, foi incluído um programa de urbanização de assentamento precário que realizou urbanização de 3.113 assentamentos em todo o Brasil (CARDOSO e DENALDI, 2018; CARDOSO, JAENISCH e ARAGÃO, 2017). O PAC possuía uma proposta clara para obtenção de resultados rápidos, que gerassem impacto na economia e trouxessem um ciclo virtuoso de expectativas, isso impactou na

forma de escolha dos projetos que seriam executados, pois foram “resgatados” projetos já existentes, mas que estavam “engavetados por conta da falta de verba” (CARDOSO e DENALDI, 2018).

Outro ponto importante sobre o programa, ressaltado por Cardoso e Denaldi (2018), foi o fato do programa de urbanização de assentamentos precários do PAC reproduzir o desenho programático do HBB, que já reconhecia a complexidade da intervenção nessas áreas, promovendo portanto uma urbanização integrada dos assentamentos, tratando da “dimensão social, urbana, ambiental e fundiária”, financiando obras de urbanização, requalificação e produção habitacional, regularização fundiária e trabalho social.

No Pará, a Região Metropolitana de Belém (RMB) recebeu valores dentro do eixo de infraestrutura social e urbana entre 2007 e 2011, quando foram firmados 283 contratos na RMB, sendo 20 deles na área de habitação, urbanização e regularização fundiária, e 4 na modalidade de saneamento integrado (RODRIGUES, ARAUJO e CASTRO, 2018). Foram executadas ações integradas, tal como o desenho programático mencionado, o que pode ser visto como um avanço nas intervenções desse cunho na região (idem, 2018).

Um dos primeiros balanços do PAC na RMB, foi realizado em 2018, pelos autores Rodrigues, Araújo e Castro (2018), sobre os pacotes 1 e 2 do programa, quando ainda possuíam projetos em andamento enquanto o programa existia. Com a sua extinção, muitos dos projetos iniciados ou continuados durante a 1ª e 2ª etapa ainda não foram finalizados. Este primeiro balanço, apresenta uma análise dos 24 projetos implementados, sendo firmados por Termos de Compromisso (TCs) ou Contratos de Financiamento (CFs) a depender da sua forma de financiamento e obtenção de recursos, sendo do FNHIS ou OGU, ou FGTS, respectivamente. Estes seriam: Riacho Doce e Pantanal (3 TCs), Pantanal, Taboquinha, Vila da Barca (2 TCs), Fé em Deus, Pratinha, Paracuri, Bacia da Estrada Nova (conhecido como “miolo do jurunas”), Residencial Liberdade (2 TCs e 1 CF), Portal da Amazônia, Jaderlândia e Maguari – Açú, Jardim Jader Barbalho, Icuí Guajará, Nova Esperança e 28 de Agosto, Distrito Industrial, Residencial Jardim das Garças, Jaderlândia, Providentinos.

Esta análise trouxe um panorama geral do programa na RMB, mostrando que a maior parte dos recursos para estes projetos vieram da Orçamento Geral da União (OGU) ou Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS), sendo 18 projetos, e outra parte menor, 6 projetos, foi financiada pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Mostrou também que estes 24 contratos estavam inclusos em outros subprogramas, sendo: Projetos Prioritários de Investimentos – intervenções em Favelas - PPI FAVELAS (11 TC), Urbanização, Regularização e Integração de Assentamentos Precários (4 TC), Pró-Moradia – Urbanização e Regularização de Assentamentos Precários (5 TC) e Saneamento Integrado (3 TC e 1 CF). Trouxe ainda que a maior parte dos projetos foram propostos pelo Governo do Estado do Pará, seguido da Prefeitura de Belém e Prefeitura de Ananindeua, explicitando este fato por tais agentes, principalmente o governo do estado, possuírem maior poder financeiro de contrapartida.

Entrando em uma análise mais específica, há que se dar importância para a definição de assentamentos precários, pois tal denominação pode se referir a diferentes sítios, com características bastante distintas, em termos de morfologia ou tecidos urbanos (CARDOSO e DENALDI, 2018), desta forma, ao estudar as características dos assentamentos e dos projetos do PAC na RMB, percebe-se desde áreas com presença de palafitas, parcialmente alagáveis, até áreas com loteamentos irregulares, sem serem passíveis de alagamentos.

Dos 24 projetos da RMB, 10 estão localizados na cidade de Belém, sendo 3 CFs e 12 TCs, alguns dos projetos possuem mais de um contrato. Os dados dos projetos analisados pelo balanço realizado em 2018 sobre o PAC Habitação pelos autores Rodrigues, Araújo e Castro (2018), pode ser visto na Tabela 01, estando a tabela adaptada, com ajuste de informações fornecidas pela CEF (Caixa Econômica Federal).

A comunidade Riacho Doce e Pantanal está localizada entre os bairros Guamá e Terra Firme, na margem esquerda do rio Tucunduba. O balanço de 2018 enfatizou duas informações sobre a localização, sendo referente ao entorno da área do projeto que “é característico das baixadas centrais da cidade - alta densidade, quadras de morfologia irregular e orgânica, apresentando inúmeras vilas e passagens” e referente ao fato da boa localização da comunidade pela proximidade com o centro da cidade e da Universidade Federal do Pará (RODRIGUES ET AL, 2018). Também já apontava que a

área havia passado ou feito parte de outras intervenções anteriores ao PAC, se referindo à macrodrenagem da Bacia do Tucunduba, de responsabilidade da Prefeitura de Belém, que também realizou parte da urbanização da área e produção de unidades habitacionais (UH) unifamiliares. Tais intervenções foram feitas sob o âmbito do PHB, com financiamento do BID e Governo Federal. Conforme é possível ver na Tabela 1, foram feitos 3 contratos já dentro do âmbito do PAC em 2007, “(...) previam a complementação de redes de infraestrutura, mas principalmente a construção de novas UHs verticais (...)” (RODRIGUES et al, 2018). Conforme este Balanço, em 2018 um dos contratos estava com situação da obra normal com 56% realizado, enquanto os outros dois estavam paralisados. Com as informações atualizadas pela CEF, um contrato possui obra concluída, outro está paralisado e outro normal.

Tabela 01 – Quadro dos Projetos do PAC localizados na Região Metropolitana de Belém.

| Projeto | Natureza da Intervenção | Município | Ano do Contrato | Famílias Atendidas | Agente Tomador e fonte de recursos | Valor Investimento (R\$) | Situação da Obra | Execução do TC (%) |
|--------------------------------|---|-----------|-----------------|--------------------|------------------------------------|--------------------------|------------------|-----------------------------|
| Riacho Doce e Pantanal (3 TCs) | Urbanização parcial da Comunidade Riacho Doce e Pantanal, com produção/melhoria de unidades habitacionais, trabalho social e regularização fundiária. | Belém | 2007 | 886 | Governo do Estado do Pará e OGU | 14.594.085,40 | Paralisada | 56,62% 66,55% (obra) |
| | | | 2007 | 1.000 | Governo do Estado do Pará e OGU | 19.603.986,28 | Obra Concluída | 61,80% 61,80% (obra) |
| | | | 2007 | 957 | Governo do Estado do Pará e OGU | 25.432.928,29 | Normal | 43,10% 43,35 % (obra) |
| Pantanal | Urbanização integral da Comunidade Pantanal com produção/melhoria de unidades habitacionais, trabalho social e regularização fundiária | Belém | 2007 | 1.692 | Governo do Estado do Pará e OGU | 26.939.883,22 | Paralisada | 32,77% 32,77% (obra) |
| Taboquinha | Urbanização integral na Comunidade Taboquinha e Cubatão, com produção/melhoria de unidades habitacionais, trabalho social e regularização fundiária - piloto para intervenções em áreas alagáveis | Belém | 2007 | 1.862 | Governo do Estado do Pará e OGU | 78.682.375,18 | Obra Concluída | 96,87% 96,87% (obra) |
| Vila da Barca (2 TCs) | Urbanização parcial, com produção de unidades habitacionais e equipamentos comunitários, trabalho social e regularização fundiária | Belém | 2007 (PAC 1) | 5.574 | Prefeitura de Belém e OGU | 57.732.100,71 | Normal | 20,48 27,96 (obra) |
| | | | 2011 (PAC 2) | 667 | Prefeitura de Belém e OGU | 19.186.271,57 | Normal | 9,99 9,42 (obra) |

| | | | | | | | | |
|--|--|-------|------|----------------------------|---|----------------|--------------------------------------|--------------------------|
| Fé em Deus | Urbanização integral na Comunidade Fé em Deus com produção/melhoria de unidades habitacionais, trabalho social e regularização fundiária | Belém | 2007 | 1.689 | Governo do Estado do Pará e OGU | 22.545.464,49 | Obra Física Concluída | 80,06 80,06 (obra) |
| Pratinha | Urbanização integral da Comunidade Pratinha com produção/melhoria de unidades habitacionais, trabalho social e regularização fundiária | Belém | 2008 | 1.645 | Governo do Estado do Pará e OGU | 30.469.834,37 | Paralisada | 78,60 96,25 (obra) |
| Paracuri | Urbanização integral na Comunidade Paracuri, com produção de unidades habitacionais e equipamentos comunitários, trabalho social e regularização fundiária | Belém | 2008 | 5.845 | Prefeitura de Belém e FGTS | 74.774.619,62 | Obra Concluída | 51,96 100 (obra) |
| Bacia da Estrada Nova (Mio-lo do Juru-nas) | Urbanização parcial, com produção de unidades habitacionais, trabalho social e regularização fundiária | Belém | 2008 | 0 | Prefeitura de Belém e FGTS | 1.585.397,65 | Obra Concluída (contrato finalizado) | 100 |
| Residencial Liberdade (2 TCs e 1 CF) | Provisão habitacional, trabalho social e regularização fundiária | Belém | 2008 | 276 | Governo do Estado do Pará e FNHIS - OGU | 27.062.672,07 | Paralisada | 43,68 44,96 (obra) |
| | | | 2008 | 1724 (288 já entregues) | Governo do Estado do Pará e FGTS | 181.094.625,95 | Atrasada | 47,59 46,87 (obra) |
| | | | 2009 | 336 | Governo do Estado do Pará e FNHIS - OGU | 26.169.156,79 | Paralisada | 45,22 46,22 (obra) |
| Portal da Am | Viabilização de obra de infraestrutura urbana na orla do Rio Guamá – complementação do projeto Portal da Amazônia | Belém | 2007 | 1.500 | Prefeitura de Belém e OGU | 25.712.795,98 | Normal | 52,34 52,34 (obra) |

| | | | | | | | | |
|----------------------------|--|--|--|--|--|--|--|--|
| a z ô n i a | | | | | | | | |
|----------------------------|--|--|--|--|--|--|--|--|

| | | | | | | | | |
|-------------------------------|--|------------|------|-------|---|---------------|----------------|-----------------------|
| Jaderlân | Urbanização integral, com produção de unidades habitacionais e equipamentos comunitários, trabalho social e regularização fundiária | Ananindeua | 2007 | 5.750 | Prefeitura de Ananindeua e OGU | 92.037.264,17 | Obra Concluída | 98,82 100 (obra) |
| Jardim | Urbanização Integral da Comunidade JJB, com produção/melhoria de unidades habitacionais, trabalho social e regularização fundiária | Ananindeua | 2007 | 1.869 | Governo do Estado do Para e FNHIS - OGU | 37.747.767,49 | Paralisada | 61,53 59,43 (obra) |
| Icui-Guajará | Urbanização Integral da Comunidade Icui-Guajará com produção/melhoria de unidades habitacionais, trabalho social e regularização fundiária | Ananindeua | 2008 | 3.640 | Prefeitura de Ananindeua e FGTS | 46.893.577,53 | Paralisada | 46,29 55,55 (obra) |
| Nova Esperança e 28 de Agosto | Urbanização Integral com produção/melhoria de unidades habitacionais, trabalho social e regularização fundiária | Ananindeua | 2008 | 1.779 | Prefeitura de Ananindeua e FGTS | 20.621.320,52 | Paralisada | 56,10 63,93 (obra) |

| | | | | | | | | |
|---------------------|---|----------------------|------|-------|---|---------------|--|---------------------|
| Distrito Industrial | Urbanização Integral da Comunidade Pantanal com produção/melhoria de unidades habitacionais, trabalho social e regularização fundiária na Área do Elo Perdido / Distrito Industrial | Ananindeua | 2008 | 1.162 | Prefeitura de Ananindeua e FGTS | 19.241.904,49 | Paralisada Obra Concluída (contrato finalizado) | 22,08 100 (obra) |
| Resi | Provisão Habitacional, trabalho social e regularização fundiária | Santa Izabel do Pará | 2007 | 528 | Governo do Estado do Para e FNHIS - OGU | 8.752.525,51 | Finalizado | 85,88 |
| | | | 2007 | 528 | Governo do Estado do Para e FNHIS - OGU | s/d | Finalizado | 100 |

| | | | | | | | | |
|---------------|---|-----------|------|-------|---|---------------|----------------|-----------------------|
| Jaderlândia | Urbanização Integral da Comunidade Jaderlândia, com produção/ melhoria de unidades habitacionais, trabalho social e regularização fundiária | Castanhal | 2007 | 4.337 | Governo do Estado do Para e OGU | 64.874.961,73 | Obra Concluída | 98,57 98,98 (obra) |
| Providentinos | Urbanização Integral com produção/ melhoria de unidades habitacionais, trabalho social e regularização fundiária | Castanhal | 2007 | 202 | Governo do Estado do Para e FNHIS - OGU | 7.713.215,76 | Finalizado | 100 |

Fonte: CEF, 2023

Notícias divulgadas no site da COHAB informaram que foram entregues 97 UHs nos conjuntos Riacho Doce I, II e III, em dezembro de 2021; 176 UHs do Residencial Riacho Doce em Junho de 2022, e, em outubro de 2022, foi divulgada a notícia de que o Estado concluiu a entrega de todas as 448 UHs do Conjunto Riacho Doce. Pelo site da CAIXA, acessado em novembro de 2022, é possível verificar

o acompanhamento de operações e o andamento dos três contratos, dados que foram confirmados após informações fornecidas pela CEF como já mencionado. No site consta que o contrato que estava normal, agora se encontra paralisado, enquanto o terceiro continuava com status paralisado e o segundo havia sido atualizado para “obras físicas concluídas”.

Os projetos Pantanal, Taboquinha, Fé em Deus, Pratinha e Paracuri estão localizados longe do centro e em áreas pouco consolidadas na época da implantação dos projetos. Os autores do Balanço de 2018 apontam ainda que eram área “formadas principalmente por loteamentos clandestinos” (RODRIGUES et al, 2018).

A comunidade Pantanal, localizada no bairro do Mangueirão, possui um entorno com tecido urbano fragmentado devido a presença de grandes glebas ocupadas por grandes empreendimentos habitacionais ou de comércio, presença de áreas militares e do governo, sendo tais edifícios e glebas normalmente fechados e com presença de grandes muros (RODRIGUES ET AL, 2018). Esta comunidade é resultado do processo de ocupação das áreas remanescentes e mais baixas da região. Segundo os atores Rodrigues, Araújo e Castro (2018), o contrato do PAC firmado em 2007 previa urbanização integral com produção ou melhoria de UHs, trabalho social e regularização fundiária que estava em andamento, e, na época, apresentava 30,73% de execução do TC e situação de obra paralisada. No site da CAIXA, pelo acompanhamento de operações, embora a execução do TC apareça atualizada para 32,77%, a situação da obra permanece como paralisada, tal informação também confirmada pela CEF.

Pela complexidade do projeto, a comunidade Taboquinha recebeu um tópico único separado no balanço de 2018. De acordo com os autores Rodrigues, Araújo e Castro (2018), esta comunidade está localizada em uma extensa área de várzea, no distrito de Icoaraci, ao lado da orla do Rio Maguari, por conta disso está sujeita aos períodos de cheia e variações do leito do rio, dessa forma também permitindo acesso de pequenos barcos e canoas, permitindo atividades ligadas às águas, como pesca, transporte de mercadorias e pessoas entre às ilhas mais próximas e, pela mesma razão de estar sujeita as baixas e cheias do rio, a comunidade se adaptou a essas condições através de construções palafíticas pelo Igarapé Tabocal, conhecido como Cubatão.

O número de famílias atendidas pelo projeto seria de 1.872, e desde 2007, ano do contrato, o mesmo passou por várias reprogramações, sendo que o projeto técnico também sofreu várias alterações. Os autores do balanço explicam que tais fatos ocorreram por inúmeras razões, uma delas sendo a não aceitação de algumas famílias a respeito das remoções, e, em relação as alterações do projeto, após anos da primeira proposta foi preciso readequá-la as questões orçamentarias relacionadas à manutenção da parte paisagística e ao aumento do número de edificações (que se deu com o passar do tempo enquanto o projeto não era implementado). Rodrigues, Araújo e Castro (2018), tiveram acesso à duas versões referentes a de 2007 e 2011, e embora as decisões projetuais não houvessem mudado, houve adequação do projeto devido o novo número de edificações mencionado e

o segundo projeto foi considerado mais “árido” a respeito do que foi proposto para o leito do rio, que antes haveria “contenção, o paisagismo e o uso recreativo em barreiras físicas e visuais como recursos para evitar novas ocupações na área dos lagos.” e passou a ser “uma mureta de contenção em concreto” além do fato de que não haveria mais o projeto paisagístico.

Uma outra revisão de projeto, em 2013, alterou o formato da quadra, promovendo novas vias de penetração de pedestres, sendo justificada pela arquiteta da Cohab como alternativa mais viável devido a custos e afim de evitar mais emanejamentos (RODRIGUES et al, 2018). Estas mesmas vias,

“servirão de suporte para implementação da infraestrutura sanitária, possibilitando o acesso a todos os lotes, formando uma malha mais capilarizada, em consonância com a divisão das quadras mais alongadas, tornando-as mais caminháveis, permitindo maior circulação entre todas as quadras do projeto. No caso do Taboquinha, a revisão de projeto mostra-se adequada, considerando que os deslocamentos a pé tornam-se pequenos e o tráfego no local é leve, não justificando uma malha viária tão extensa como a prevista originalmente. (RODRIGUES et al, 2018, p. 10)”

Considerado um “projeto piloto” para intervenções em áreas alagáveis pelos técnicos da CAIXA, pois mantém as APP’s permeáveis, o projeto pode ser visto como avanço no tratamento de rios urbanos na RMB, por ter sido tratado de forma mais sensível e compreensível com estas áreas (RODRIGUES et al, 2018). Se tratando dos projetos habitacionais, foram adotados o tipo casa e sobrado, contendo os dois: sala/cozinha, banheiro, quintal e dois dormitórios, sendo a tipologia do sobrado desenvolvida pela COHAB/PA e é a mesma que vem sendo adotado em outros projetos da região metropolitana (idem, 2018). Foram feitos ainda melhorias habitacionais e dados cheques moradias para habitações prejudicadas devido às obras, e é importante considerar que essa

“substituição das palafitas pela tipologia de blocos de apartamentos recodificam as áreas segregadas da cidade, inserindo-as no mercado imobiliário (ROLNIK; KLINK, 2011), de modo que os efeitos do reassentamento em relação à manutenção das famílias atendidas nas moradias produzidas devem ser observados, pois ajudam a refletir sobre a sustentabilidade do empreendimento.” (RODRIGUES et al, 2018, p. 11)

Na época do balanço a regularização fundiária já havia começado tendo ainda muitos casos não solucionados se tratando de novos núcleos familiares, situações de compra e venda e famílias que não eram as beneficiárias originais (RODRIGUES et al, 2018). O projeto foi muito criticado e não tão aceito por parte da população devido entre outros motivos o número de remoções proposto. As atualizações fornecidas pela CEF, mostram um aumento no valor do investimento, a obra passou de “normal” para obra concluída, tendo uma execução de 96,87%. Não foi possível obter informações a respeito do que ainda faltava finalizar do projeto.

A comunidade Fé em Deus fica entre os bairros Tenoné e Águas Negras, no distrito de Icoaraci, sendo parecido com a comunidade Pantanal no fato de estar cercado também por grandes glebas e áreas permeáveis residuais, e, segundo os autores Rodrigues, Araújo e Castro (2018), o processo de

ocupação da área se deu através de parcelamento irregular realizado na década de 90. O contrato do PAC para a região foi efetuado em 2007, sendo para urbanização integral e em 2018 se encontrava em fase final da etapa de regularização fundiária. Ainda de acordo com os autores do balanço, para ser realizada a execução do projeto houve redução de metas, devido ao reparcelamento dos lotes e redução de parâmetros urbanísticos, afetando o tamanho das caixas de vias e calçadas. Os mesmos também afirmam que o número de famílias beneficiadas previstas era de 1.689, tendo subido para 1.805 e o processo de regularização fundiária estaria sendo feito pela COHAB e CODEM (Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém). É importante frisar um dado apontado por Rodrigues, Araújo e Castro (2018) no que se refere ao grau de organização da comunidade, que foi apontado como diferencial do projeto nas 3 fases: negociação, acompanhamento e fiscalização das obras.

A Laje Construção Ltda ficou responsável pela execução da obra, enquanto o Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) ficou a cargo do Instituto Amazônico de Planejamento, Gestão Urbana e Ambiental (Iagua), além disso, a PTTS passou por 4 reprogramações gerando atrasos na obra (RODRIGUES et al, 2018). A área do projeto foi dividida em 3 partes, sob critério do tempo de ocupação, tendo como metas físicas previstas:

“a) o remanejamento de 160 famílias, que ao final foram reduzidas para 64; b) construção de 40 UHs para substituição de habitações precárias no mesmo lote, tendo sido executadas 54 UHs; c) construção de uma praça, centro comunitário e quadra poliesportiva; d) execução de 9,92 km de pavimentação asfáltica e 8,13 km de drenagem, 5,89 km de rede de água, 9,76 km de rede de esgoto e construção de uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), porém essa se encontra desativada, uma vez que a Companhia de Saneamento do Estado do Pará (Cosanpa), não assumiu a sua operação.” (RODRIGUES et al, 2018, p. 12).

Devido reprogramações e atrasos na obra, algumas habitações não receberiam benefício de substituição de habitação precária e foram compensadas com benefício Cheque Moradia (RODRIGUES et al, 2018). A obra física já havia sido concluída em 2018, mas quanto a porcentagem de execução da TC, ela se alterou de 79,72% para 80,06%.

A comunidade Pratinha é uma área que fazia parte do Aeroporto Nacional de Belém, pertencendo à Infraero, que posteriormente foi ocupada de modo irregular. A área está próxima a igarapés que formam a rede de macrodrenagem do Rio Mata Fome e por conta disso possui palafitas e casas em condições precárias (RODRIGUES et al, 2018). Neste projeto, houve uma atenção maior às características ambientais da área, sendo também uma intervenção mais sensível, contudo estes ajustes também geraram mais remoções, e para tal feito foi necessário reparcelamento dos lotes, no intuito de “viabilizar a implantação das redes de infraestrutura e conexões viárias promovendo o aproveitando das declividades do terreno e preservando o leito de inundação dos igarapés” (idem, 2018). Não foram realizadas intervenções, contenções ou canalizações nas APP's (Áreas de Preservação Permanente), sendo que a canalização não fazia parte do projeto e intervenções e contenções não foram feitas devido a diminuição de metas do projeto (idem, 2018). Na época, os autores do estudo alertaram que a área estava voltando a ser ocupada por palafitas, fato que ainda permanece atualmente.

A comunidade Paracuri também está localizada no distrito de Icoaraci, e por possuir grandes áreas de cotas baixas, tem muitas partes passíveis de alagamentos, e está próxima ao rio que lhe dá o nome, Rio Paracuri. O estudo apresentado, apontou que:

“A intervenção visa a beneficiar

564 famílias diretamente e 3.755 famílias indiretamente, com a construção de 376 UHs, por meio de 47 blocos de sobrados – 27 blocos na área 1 e 20 na área 3 - com quatro unidades de 38,60m² por andar, além de áreas de lazer e quadras poliesportivas. Previam ainda, ações de macro e microdrenagem, sistema de abastecimento de água e uma ETE. O projeto propõe a retificação e canalização de 1.085m do Igarapé Paracuri como solução da macrodrenagem, sendo a maior parte em talude natural, de forma trapezoidal, e a outra em galeria. Entretanto, é improvável que o talude natural suporte fortes descargas d'água e a inclinação de taludes (mais de 40%) pode resultar na erosão de suas margens (RODRIGUES et al, 2016).” (RODRIGUES et al, 2018, p.

13).

Em 2018, os autores do balanço apontaram que havia sido feito 68,62% da obra,

onde já havia tido uma redução de metas e desistência da construção da ETE. Os mesmos também apontaram que as obras haviam sido paralisadas devido ocupação dos prédios parcialmente construídos por outras famílias. No site da CAIXA, o percentual da obra aparece como 62,83% feito e com situação normal, ela também aparece com um valor de investimento maior do que o informado em 2018, sendo atualizado para 74.774.619,62 R\$. Contudo, apresentando que a última medição foi realizada em 2014, mostrando como alguns dados estão desatualizados no site institucional a respeito da operação. As informações fornecidas pela CEF, já apresentam outra porcentagem de execução da obra, sendo de 96,25%, mas a situação continua paralisada. Em entrevista realizada com os técnicos da SEHAB, foi informado que o projeto encontra-se paralisado e que atualmente está em andamento (RODRIGUES et al, 2018). Estas mesmas vias,

“servirão de suporte para implementação da infraestrutura sanitária, possibilitando o acesso a todos os lotes, formando uma malha mais capilarizada, em consonância com a divisão das quadras mais alongadas, tornando-as mais caminháveis, permitindo maior circulação entre todas as quadras do projeto. No caso do Taboquinha, a revisão de projeto mostra-se adequada, considerando que os deslocamentos a pé tornam-se pequenos e o tráfego no local é leve, não justificando uma malha viária tão extensa como a prevista originalmente. (RODRIGUES et al, 2018, p. 10)”

Considerado um “projeto piloto” para intervenções em áreas alagáveis pelos técnicos da CAIXA, pois mantém as APP's permeáveis, o projeto pode ser visto como avanço no tratamento de rios urbanos na RMB, por ter sido tratado de forma mais sensível e compreensível com estas áreas (RODRIGUES et al, 2018). Se tratando dos projetos habitacionais, foram adotados o tipo casa e sobrado, contendo os dois: sala/cozinha, banheiro, quintal e dois dormitórios, sendo a tipologia do sobrado desenvolvida pela COHAB/PA e é a mesma que vem sendo adotado em outros projetos da região metropolitana (idem, 2018). Foram feitos ainda melhorias habitacionais e dados cheques moradias para habitações prejudicadas devido às obras, e é importante considerar que essa

“substituição das palafitas pela tipologia de blocos de apartamentos recodificam as áreas segregadas da cidade, inserindo-as no mercado imobiliário (ROLNIK; KLINK, 2011), de modo que os efeitos do reassentamento em relação à manutenção das famílias atendidas nas moradias produzidas devem ser observados, pois ajudam a refletir sobre a sustentabilidade do empreendimento.” (RODRIGUES et al, 2018, p. 11)

Na época do balanço a regularização fundiária já havia começado tendo ainda muitos casos não solucionados se tratando de novos núcleos familiares, situações de compra e venda e famílias que não eram as beneficiárias originais (RODRIGUES et al, 2018). O projeto foi muito criticado e não tão aceito por parte da população devido entre outros motivos o número de remoções proposto. As atualizações fornecidas pela CEF, mostram um aumento no valor do investimento, a obra passou de “normal” para obra concluída, tendo uma execução de 96,87%. Não foi possível obter informações a respeito do que ainda faltava finalizar do projeto.

A comunidade Fé em Deus fica entre os bairros Tenoné e Águas Negras, no distrito

de Icoaraci, sendo parecido com a comunidade Pantanal no fato de estar cercado também por grandes glebas e áreas permeáveis residuais, e, segundo os autores Rodrigues, Araújo e Castro (2018), o processo de ocupação da área se deu através de parcelamento irregular realizado na década de 90. O contrato do PAC para a região foi efetuado em 2007, sendo para urbanização integral e em 2018 se encontrava em fase final da etapa de regularização fundiária. Ainda de acordo com os autores do balanço, para ser realizada a execução do projeto houve redução de metas, devido ao reparcelamento dos lotes e redução de parâmetros urbanísticos, afetando o tamanho das caixas de vias e calçadas. Os mesmos também afirmam que o número de famílias beneficiadas previstas era de 1.689, tendo subido para 1.805 e o processo de regularização fundiária estaria sendo feito pela COHAB e CODEM (Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém). É importante frisar um dado apontado por Rodrigues, Araújo e Castro (2018) no que se refere ao grau de organização da comunidade, que foi apontado como diferencial do projeto nas 3 fases: negociação, acompanhamento e fiscalização das obras.

A Laje Construção Ltda ficou responsável pela execução da obra, enquanto o Projeto de Trabalho Técnico Social (PTTS) ficou a cargo do Instituto Amazônico de Planejamento, Gestão Urbana e Ambiental (Iagua), além disso, a PTTS passou por 4 reprogramações gerando atrasos na obra (RODRIGUES et al, 2018). A área do projeto foi dividida em 3 partes, sob critério do tempo de ocupação, tendo como metas físicas previstas:

“a) o remanejamento de 160 famílias, que ao final foram reduzidas para 64; b) construção de 40 UHs para substituição de habitações precárias no mesmo lote, tendo sido executadas 54 UHs; c) construção de uma praça, centro comunitário e quadra poliesportiva; d) execução de 9,92 km de pavimentação asfáltica e 8,13 km de drenagem, 5,89 km de rede de água, 9,76 km de rede de esgoto e construção de uma Estação de Tratamento de Esgoto (ETE), porém essa se encontra desativada, uma vez que a Companhia de Saneamento do Estado do Pará (Cosanpa), não assumiu a sua operação.” (RODRIGUES et al, 2018, p. 12).

Devido reprogramações e atrasos na obra, algumas habitações não receberiam benefício de substituição de habitação precária e foram compensadas com benefício Cheque Moradia (RODRIGUES et al, 2018). A obra física já havia sido concluída em 2018, mas quanto a porcentagem de execução da TC, ela se alterou de 79,72% para 80,06%.

A comunidade Pratinha é uma área que fazia parte do Aeroporto Nacional de Belém, pertencendo à Infraero, que posteriormente foi ocupada de modo irregular. A área está próxima a igarapés que formam a rede de macrodrenagem do Rio Mata Fome e por conta disso possui palafitas e casas em condições precárias (RODRIGUES et al, 2018). Neste projeto, houve uma atenção maior às características ambientais da área, sendo também uma intervenção mais sensível, contudo estes ajustes também geraram mais remoções, e para tal feito foi necessário reparcelamento dos lotes, no intuito de “viabilizar a implantação das redes de infraestrutura e conexões viárias promovendo o aproveitando das declividades do

terreno e preservando o leito de inundação dos igarapés” (idem, 2018). Não foram realizadas intervenções, contenções ou canalizações nas APP’s (Áreas de Preservação Permanente), sendo que a canalização não fazia parte do projeto e intervenções e contenções não foram feitas devido a diminuição de metas do projeto (idem, 2018). Na época, os autores do estudo alertaram que a área estava voltando a ser ocupada por palafitas, fato que ainda permanece atualmente.

A comunidade Paracuri também está localizada no distrito de Icoaraci, e por possuir grandes áreas de cotas baixas, tem muitas partes passíveis de alagamentos, e está próxima ao rio que lhe dá o nome, Rio Paracuri. O estudo apresentado, apontou que:

“A intervenção visa a beneficiar

564 famílias diretamente e 3.755 famílias indiretamente, com a construção de 376 UHs, por meio de 47 blocos de sobrados – 27 blocos na área 1 e 20 na área 3 - com quatro unidades de 38,60m² por andar, além de áreas de lazer e quadras poliesportivas. Previa ainda, ações de macro e microdrenagem, sistema de abastecimento de água e uma ETE. O projeto propõe a retificação e canalização de 1.085m do Igarapé Paracuri como solução da macrodrenagem, sendo a maior parte em talude natural, de forma trapezoidal, e a outra em galeria. Entretanto, é improvável que o talude natural suporte fortes descargas d’água e a inclinação de taludes (mais de 40%) pode resultar na erosão de suas margens (RODRIGUES et al, 2016).” (RODRIGUES et al, 2018, p.

13).

Em 2018, os autores do balanço apontaram que havia sido feito 68,62% da obra, onde já havia tido uma redução de metas e desistência da construção da ETE. Os mesmos também apontaram que as obras haviam sido paralisadas devido ocupação dos prédios parcialmente construídos por outras famílias. No site da CAIXA, o percentual da obra aparece como 62,83% feito e com situação normal, ela também aparece com um valor de investimento maior do que o informado em 2018, sendo atualizado para 74.774.619,62 R\$. Contudo, apresentando que a última medição foi realizada em 2014, mostrando como alguns dados estão desatualizados no site institucional a respeito da operação. As informações fornecidas pela CEF, já apresentam outra porcentagem de execução da obra, sendo de 96,25%, mas a situação continua paralisada. Em entrevista realizada com os técnicos da SEHAB, foi informado que o projeto encontra-se paralisado e que atualmente está ocorrendo uma busca por recurso e mudança para o Programa Minha Casa Minha Vida, para viabilizar a continuidade da obra.

Localizado na orla de Belém, no bairro Umarizal, a Vila da Barca está em uma das áreas mais valorizadas da capital. Apesar de sem infraestrutura adequada, pode ser considerada área consolidada devido ao fato de ser uma comunidade com estruturas de palafita que teve a ocupação iniciada por volta da década de 20 e veio crescendo e tomando forma desde então (RODRIGUES ET AL, 2018). O entorno da

comunidade é caracterizado de um lado por um tecido urbano regular bem consolidado, que vem passando por um forte processo de verticalização e um outro com tecido urbano mais irregular de alta densidade de ocupação que também caracteriza uma área periférica. Os autores Rodrigues, Araújo e

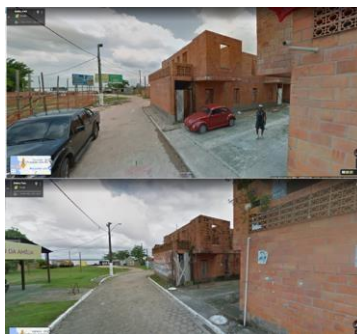
Castro (2018, p. 13), apontaram que esta comunidade foi:

“(…) uma das mais articuladas comunitária e politicamente dentre aquelas que foram objeto de intervenção no PAC. Os estudos preliminares e a dinâmica que culminou na concepção e execução do projeto habitacional levou em consideração particularidades da dinâmica econômica local, que mantém uma estreita relação com o comércio e transporte fluvial de pequeno porte”. RODRIGUES et al, 2018, p. 13).

Os mesmos, ainda informaram que a intervenção foi realizada sob responsabilidade da prefeitura e foi dividida em etapas, sendo apenas uma delas financiada pelo PAC em 2007. O segundo contrato do PAC realizado em 2011 tratou da “Vila da Barca – Newton Miranda”, que propunha urbanização e construção de 168 UHs verticais na Av. Pedro Álvares Cabral, mas na época os autores explicam que não foi executado em sua maior parte devido problemas de domínio fundiário da área (RODRIGUES et al, 2018). Pelo google street view, (Figura 1) é possível perceber modificações nas habitações entregues, e fazer uma comparação entre os anos de 2012 e 2019, tanto nas partes que foram devidamente entregues às famílias como nas partes onde a construção não foi finalizada.

Figura 1 – No lado direito superior imagem de

parte de UH não finalizada em 2019 e no lado direito inferior a mesma UH em 2020; No lado esquerdo superior algumas alterações nas UHs entregues em 2019 e no lado esquerdo inferior, as mesmas UHs com novas alterações em 2020.



Fonte: Google Street View adaptado pela autora

A Figura 2, mostra uma visão aérea retirada do Google Street View, fazendo uma comparação entre os anos de 2015 e 2021, onde é possível verificar que houve uma continuação das obras, mas ainda assim elas não foram finalizadas, aparentando estar sem cobertura e incompletas. Em fevereiro de 2022, foi publicada uma notícia no jornal PontodePauta, que afirma que o prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues e o então secretário de habitação do município, Rodrigo Moraes, afirmam retomada das obras no conjunto Newton Miranda (localizado na Arthur Bernardes), no Portal da Amazônia e na Vila da Barca. A mesma notícia informa que, após 8 anos com a obra parada, a equipe da SEHAB (Secretaria de Habitação) conseguiu aprovação do projeto Residencial Newton Miranda, que inclui a construção das 168 UHs e urbanização da área. Em entrevista com a SEHAB, os arquitetos informaram que a TC de 2011, teve redução de metas e ainda faltavam a construção de 28 unidades de comércio. Informações fornecidas pela CEF, atualizaram as situações das TCs de “paralisadas” para “normal”, indicando que as obras retornaram e estão em andamento.

Figura 2 – Visão aérea do Projeto Vila da Barca em 2015 e em 2021.



Fonte: Google Street View adaptado pela autora

O Projeto Portal da Amazônia, possui um caráter voltado para o lazer e propõe através de aterro hidráulico a instalação de vias e áreas de lazer, cominando na construção de uma orla no Rio Guamá (RODRIGUES et al, 2018). O projeto foi muito criticado devido ao questionamento de que “para quem o projeto estaria sendo feito”, visto que segundo os autores Rodrigues, Araújo e Castro, as margens do rio Guamá foram ocupadas historicamente por diversas atividades econômicas, possuindo construções palafíticas também de famílias que recebiam e buscavam mercadorias de barco pelo rio, enquanto o projeto teve um slogan de “abertura de janelas para o rio”, tratando o fato como necessidade da população. O entorno da área é caracterizado por grandes glebas inutilizadas, a exemplo da CATA, indústria têxtil desativada, e também por “áreas de baixada de ocupação antiga e já consolidada, mas que ainda enfrenta problemas de alagamentos e precariedade habitacional” (RODRIGUES et al, 2018). O Projeto previa a implantação de infraestrutura e UHs, que na época do Balanço realizado por Rodrigues, Araújo e Castro (2018), estava paralisado e parcialmente executado. O entorno do projeto também recebeu intervenções com financiamento através do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), e para tais intervenções e devido a extensão das mesmas foi criado o PROMABEN (Programa de Saneamento da Bacia da Estrada Nova).

A respeito das UHs do projeto, a notícia já mencionada veiculada no Ponto de Pauta, traz a informação da retomada das obras pela prefeitura e SEHAB. A mesma notícia traz que em agosto de 2021 foram entregues as primeiras UHs para

15 famílias. Na área do projeto, foram construídos dois outros blocos, ainda não

entregues às famílias. Em outra notícia de fevereiro de 2022, publicada no site da ALEPA, informa ainda certas reclamações e pendências relacionadas à obra, pois muitas famílias ainda recebem auxílio aluguel no valor de 400,00 R\$ a mais de 12 anos, o que não cobre efetivamente os gastos com moradia. Além disso, existe a preocupação com a falta de previsão com as pessoas que recebem o auxílio comércio, que ainda não tem previsão se serão reassentadas em novas unidades comerciais.

Ainda em setembro de 2022, as unidades que estão parcialmente construídas, e até início de 2022 estavam paralisadas há anos, foram ocupadas por outras famílias que posteriormente foram retiradas de forma pacífica (Agência Belém, acessado em novembro de 2022). Em janeiro de 2023, a prefeitura assinou termos aditivos (referentes ao PPI- Intervenção em Favela) junto ao governo federal por meio do MDR, recebendo complementos para os contratos dos projetos Vila da Barca e Portal da Amazônia (Residencial Paulo Fonteles) para viabilização das obras e ampliação dos prazos de entrega para até final do ano de 2023 (Agência Belém, acessado em fevereiro de 2023). Arquitetos da SEHAB, em entrevista informaram que o projeto precisou ser reformulado por estar abaixo do nível da via. A CEF forneceu informações de que o projeto que em 2018 estava paralisado, atualmente está em situação “normal”.

O projeto Bacia da Estrada Nova (Miolo do Jurunas), é complementar ao do Portal da Amazônia, pois trata da macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova, onde o Portal também está inserido. A macrodrenagem desta bacia está

dividida em 4 sub-bacias, que recebem diferentes formas de investimento, sendo a sub-bacia 2 receptora de dois Termos de Contrato do PAC e apenas um deles voltado para provisão de habitação e urbanização parcial, do então chamado Miolo do Jurunas, que é gerenciado pela Secretaria Nacional de Habitação (RODRIGUES ET AL, 2018). O último balanço apontou que as obras se encontravam paralisadas, devido reprogramações e dificuldade da Prefeitura de conseguir contrapartidas. No site da CAIXA, no acompanhamento de operações, acessado em novembro de 2022, o contrato aparece atualizado para um valor bem maior do que o de 2018, sendo de 1.585.397,65 R\$. No mesmo documento, ele aparece como 100% o percentual da obra e situação de obra concluída, tendo a última medição feita em novembro de 2020, o que foi confirmado pela CEF, que também informa que o contrato foi finalizado.

O Residencial Liberdade está localizado no lado oposto da margem do Rio Tucunduba, de frente para o Projeto Riacho Doce e Pantanal. A área do projeto foi doada pela Universidade Federal do Pará para viabilizar a construção do mesmo que se destaca pela quantidade de UHs propostas, sendo mais de 2.000 (RODRIGUES et al, 2018). O empreendimento está inserido “no contexto das intervenções de urbanização, macrodrenagem e provisão habitacional da Bacia do Rio Tucunduba, iniciadas em 1998, e que implica na remoção de famílias da calha do rio, além da obra de duplicação da Avenida Perimetral”, os contratos estão sob responsabilidade da COHAB/PA, e o projeto foi realizado pelo escritório Meia, Dois, Nove, sendo uma derivação do projeto do Vila da Barca (RODRIGUES et al, 2018). No balanço de 2018

os autores Rodrigues, Araújo e Castro explicitaram que houve uma anulação com a construtora contratada e ocupação de parte das unidades semiconstruídas, o que geraram grandes atrasos nas obras. Os mesmos ainda afirmam que em 2017 foram entregues as primeiras 320 UHs. Atualmente, parte das UHs que estão parcialmente construídas foram novamente ocupadas, contudo no início de 2023 a prefeitura colocou novas placas de obra, sinalizando a possibilidade de continuação do andamento do projeto. Informações apresentadas pela CEF, mostram que as 3 TCs tiveram aumento de investimento, sendo que a primeira e a terceira que antes se encontravam atrasadas, atualmente estão paralisadas, enquanto a segunda continua com situação de obra atrasada.

Foram analisados apenas os projetos localizados na capital paraense, contudo importante a colocação que foram finalizados ou tiveram obra física concluída os projetos Jarderlândia e Providentinos, ambos localizados em Castanhal, Residencial Jardim das Garças, em Santa Isabel e Distrito Industrial e Jaderlândia e Maguari Açú, em Ananindeua. A maioria dos projetos fora da capital mencionados encontravam-se com obras em situação normal ou paralisada. Estes resultados seguiram os objetivos e metodologias previstas no plano original, tendo como modificação a citada redução de análise, focando nos projetos localizadas na cidade de Belém, devido o volume dos projetos e a problemática dos mesmos. É possível perceber uma variação na forma de tratamento das APPs da cidade, localizadas nos referidos projetos, tendo alguns com soluções mais agressivas outros com soluções mais sensíveis, além de se perceber que a prefeitura vem buscando formas de lidar com a situação de assentamentos precários da cidade, tendo dificuldades com aqueles que se encontram em áreas de baixada, ao mesmo tempo que lida com os cursos dos rios e APPs, que compõe grande parte do solo da capital paraense.

Em agosto de 2023, o governo federal lançou o novo PAC, prevendo um montante de 1,68 trilhão em investimento no programa. A iniciativa contemplará 9 projetos, e devem abastecer o programa recursos públicos, concessões e parcerias público-privadas, de acordo com site G1.Globo. Ainda de acordo com o site, das nove áreas, uma se refere ao urbanismo e pode envolver habitação, sendo a área “cidades sustentáveis e resilientes”. No site do governo, em aba específica para o novo PAC, estão disponíveis quais projetos terão andamento com a retomada do programa, tendo dentro do eixo “cidades sustentáveis e resilientes”, o subeixo “Periferia Viva – Urbanização de Favelas” que

indica os seguintes projetos localizados em Belém: Vila da Barca, Comunidade Riacho Doce e Pantanal e Baía do Guajará, apresentando como modalidade “Retomada e Conclusão”. Enquanto no subeixo “Minha Casa Minha Vida”, aparece um quantitativo de unidades habitacionais por empreendimento, englobando as faixas 1, 2 e 3, e tendo como modalidade também “Retomada e Conclusão”

Discussão

O balanço dos projetos do PAC – UAP junto de outras experiências de urbanização de assentamentos trazem algumas perspectivas importantes e apontam problemas recorrentes nos projetos. A solução habitacional é um item importante e crucial muitas vezes para um projeto ser bem sucedido. No caso dos projetos tratados aqui, se vê com frequência soluções de proposta de novas unidades habitacionais, regularização fundiária, cheque moradia, auxílio aluguel e ainda valores de indenização. Mas estas soluções são posteriores as decisões de remoção, reassentamento e remanejamento.

Em um cenário nacional marcado por muitas remoções, no caso dos projetos do PAC vemos muito mais reassentamentos e remanejamentos, ou seja, as famílias são removidas para serem alocadas em outro local dentro da área do projeto ou em local fora da área do projeto. Nos casos onde foram propostas novas UHs, existem grandes críticas a respeito da qualidade projetual, da implantação, tipologia e até mesmo respeito ao modo de vida local, como no caso do Projeto da Vila da Barca. Entretanto, a maior complicação tem se dado durante o processo de execução, pois o padrão tem sido retirar primeiro, enquanto se resolve com auxílio aluguel ou indenização que muitas vezes é um valor insuficiente para aquisição de nova moradia, enquanto se produz as novas unidades e se dá continuidade a urbanização. Essa forma de atuação gera transtornos e atrasos de obras, devido aos trâmites legais e financeiros que o projeto passa, atrasando a entrega das UHs, e fazendo com que o tempo de espera das famílias atingidas seja longo, passando facilmente de 10 anos em alguns casos.

Esse padrão de retirar primeiro para dar andamento no projeto ao invés de produzir primeiro para retirar e então dar continuidade à obra, mostra uma grande dificuldade de incorporar novas áreas aos projetos e evidencia a ausência de estoque de terras vazias para esta finalidade. Em 9 das 10 obras de urbanização, se propõe a regularização fundiária, item importante de ser feito devido se tratar de áreas irregulares, mas muito pouco se discute sobre outras formas de ATUIS, essa ausência é bastante sentida, tendo o município a oferta de um único Núcleo de Defesa da Moradia dentro da Defensoria Pública do Pará, mas que devido ao volume de casos fica sobrecarregado.

Neste balanço vemos então complicações devido a necessidade de incorporação de novas áreas, de muitos projetos paralisados devido UHs ocupadas, famílias esperando a anos por que não foi cumprido um prazo de entrega de UH e muitas vezes sem um destino, uma solução bem traçada e definida, consequências devido a forma e a ordem como os projetos vem sendo executados. Avançando para as outras experiências fora do PAC, temos muitos casos de projetos de macrodrenagem, que precisam ser executados e são simbólicos devido grande parte da cidade ser total ou parcialmente alagável, mas que não compreendem a necessidade de complementação de urbanização, de soluções mais sensíveis do ponto de vista ambiental, de soluções habitacionais que respeitem direito à moradia e acesso à cidade e também que se integrem em um rede bem pensada e articulada devido grande número de obras do gênero necessárias.

Para a possibilidade de avançar na discussão de como projetos de urbanização na cidade possam ser mais bem sucedidos, existe a importância de uma análise macro, que inclusive proponha classificações destes assentamentos para que dessa forma os projetos sejam mais assertivos devido a compreensão mais completa de que tipo de assentamento e comunidade se está lidando, assim como possibilita uma escala ampla de integração geral da cidade.

Já existem uma série de propostas de classificações de assentamentos, como exemplo, a partir de determinados critérios apontam se são consolidados, consolidáveis, não consolidáveis. Quanto as intervenções realizadas, se são urbanizados ou urbanizados parcialmente ou outra classificação seria se estão em processo de urbanização, em processo de reassentamento, com intervenções pontuais (melhorias) ou sem intervenção. Quanto as características físicas do assentamento, temos ainda se a urbanização será simples ou complexa e se irá passar por reassentamento ou remanejamento. Já ocorre uma discussão sobre essas classificações e os critérios utilizados para essa finalidade, mas ainda existe a problemática da escolha destes critérios mais interessantes para o caso da capital paraense.

Belém possui essa grande contradição, sendo uma das capitais com mais assentamentos precários, passando os 50% de seu território de acordo com o IBGE, e ainda assim não possui essa classificação dos assentamentos precários que possibilitasse a utilização de instrumentos urbanísticos, em especial as Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) de modo mais efetivo e assertivo.

Essa ausência de classificação e de definição de tipologias de ZEIS compromete a forma como a cidade lida com as UAPs, por que são estratégias, tendo a primeira, auxiliaria na elaboração das tipologias, sendo possível a demarcação das mesmas no território, tanto para ZEIS de vazio quanto ZEIS ocupadas. Essas estratégias corroboram para direcionamento dos projetos, como forma de compreensão da complexidade que se está lidando, facilitando decisões de projeto tanto de priorização quanto de estratégia de urbanização, viabilizando a sua execução e aumentando a probabilidade de projetos bem sucedidos.

O balanço realizado proporcionou essa compilação de informações que torna possível uma análise mais completa do todo, permitindo a visibilidade das complicações mais comuns nos projetos. Desta forma, a cidade de Belém carece de estratégias de integração de projetos de urbanização, assim como de prioridade de projetos e direcionamentos de tomadas de decisões projetuais mais assertivas quanto as características dos assentamentos precários como já mencionado, justamente pela ausência dessas classificações e tipologias que proporcionam a compreensão maior sobre cada assentamento.

Essa definição de tipologias se torna urgente com o novo cenário apresentado a partir do novo PAC anunciado em agosto deste ano pelo governo e também pela emergente revisão do plano diretor, sendo o momento crucial para o estabelecimento e aplicação destas estratégias.

Referências

ALMEIDA, Daniel Vater de. Plano Agache: A cidade do Rio de Janeiro como palco do 1º Plano Diretor do país e a consolidação do urbanismo no Brasil. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo, p.461-482, março 2005.

ARANTES, Pedro Fiori. O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades latino-americanas. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-14102022-101725/pt-br.php>. Acesso em: 08 fev. 2023.

ASSUNÇÃO, Joyce. Prefeitura assina aditivos e garante conclusão de projetos habitacionais no Portal da Amazônia e Vila da Barca. Agência Belém. 10/01/2023. Moradia Digna. Disponível em: <https://agenciabelem.com.br/Noticia/231237/prefeitura-assina-aditivos-e-garante-conclusao-de-projetos-habitacionais-no-portal-da-amazonia-e-vila-da-barca>. Acesso em: 09/02/2023.

BONDUKI, Georges. Origens da Habitação Social no Brasil. Análise Social, Lisboa, v.24, nº 127, 1994.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. Acompanhamento de Operações. Disponível em: <https://webp.caixa.gov.br/siurb/ao/pag/filtro-cid.asp>. Acesso em: 16 e 17 de novembro de 2022.

CARDOSO, Adalto Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim; JAENISCH, Samuel Thomas (Orgs.). Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório da Metrópoles, 2017.

CARDOSO, Adauto Lucio. DENALDI, Rosana. Urbanização de favelas no Brasil: Um balanço preliminar do PAC. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

FRIAS, Ronan (COHAB). Governo do Estado entrega mais 176 unidades do residencial Riacho Doce. Agência Pará. 01 de Junho de 2022. Habitação e Cidadania. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/37498/governo-do-estado-entrega-mais-176-unidades-do-residencial-riacho-doce>. Acesso em: 01/11/2022.

FRIAS, Ronan (COHAB). Estado conclui entrega de todas as 448 unidades do conjunto Riacho Doce, em Belém. Agência Pará. Julho de 2022. Habitação. Disponível em: <https://www.agenciapara.com.br/noticia/38378/estado-conclui-entrega-de-todas-as-448-unidades-do-conjunto-riacho-doce-em-belem#:~:text=Com%20a%20entrega%20de%20hoje,com%206%20meses%20de%20anteci%20pa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 01/11/2022.

LIMA, Jéssica Diniz. Comunidade pede solução para entraves sobre o projeto habitacional do Portal da Amazônia. Alepa PA. 24 de Fevereiro de 2022. Notícia. Disponível em: <https://www.alepa.pa.gov.br/noticiadep/7053/116>. Acesso em: 01/11/2022.

MARICATO, Ermínia. Política habitacional no regime militar: do milagre brasileiro a crise econômica. Petrópolis: Vozes. Acesso em: 08 fev. 2023., 1987

MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010. Guia para o mapeamento e caracterização de assentamentos precários. Brasília: Ministério das Cidades. ISBN: 978-85-7958-015-4.

MIRANDA, Victor. Área no Portal da Amazônia é desocupada de forma pacífica. Agência Belém. 13 de setembro de 2022. Segurança e Habitação. Disponível em: <https://agenciabelem.com.br/Noticia/227766/area-no-portal-da-amazonia-e-desocupada-de-forma-pacifica#:~:text=%22Quando%20tomamos%20o%20onhecimento%20da%20ocupa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 01/11/2022.

PIMENTEL, Dilson. Após 13 anos, moradores recebem apartamentos no Portal da Amazônia. OLIBERAL. 03 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.oliberal.com/belem/apos-13-anos-de-luta-moradores-recebem-apartamentos-no-portal-da-amazonia-1.417997>. Acesso em: 01/11/2022.

PINHEIRO, Andréa de Cássia Lopes et al. Assentamentos precários na região metropolitana de

Belém: baixadas e ocupações. In: MORAIS, Maria da Piedade; KRAUSE, Cleandro; LIMA NETO, Vicente Correia (ed.). Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros. Brasília, DF: IPEA, 2016. cap. 8,

p. 189-248. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/366>.

PONTES, Juliano Pamplona Ximenes; RODRIGUES, Roberta Menezes, BRANDÃO, Ana Júlia Domingues das Neves, MELO, Ana Carolina Campos de, SOUZA, Elidelson Silva de.

Urbanização de assentamentos precários na região metropolitana de Belém: problemas de desenho e infraestrutura urbana = Urbanización de asentamientos precarios en la región metropolitana de Belém: problemas de diseño e infraestructura urbana. In: D'OTTAVIANO, Maria Camila Loffredo; ZUQUIM, Maria de Lourdes. Práticas

recentes de intervenções contemporâneas em cidades da América Latina. São Paulo: FAU, 2014. p. 73-105. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/451>. Acesso em: 06/10/2022.

PONTODEPAUTA. Prefeitura de Belém retoma obras de habitação no conjunto Neuton Miranda, Portal da Amazônia e Vila da Barca. 22 de fevereiro de 2022. Cidades. Disponível em: <https://pontodepauta.com/2022/02/22/prefeitura-de-belem-retoma-obras-de-habitacao-no-conjunto-neuton-miranda-portal-da-amazonia-e-vila-da-barca/>. Acesso em: 01/11/2022.

PORANGABA, A. T. . (2020). A habitação para a população de baixa renda no Brasil: termos e conceitos difundidos pela Política Nacional de Habitação. Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais, 22.

<https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202038> ROCHA, Matheus (CPH). Estado entrega 97 unidades habitacionais nos conjuntos Riacho Doce I, II e III, em Belém. Agência Pará. 21 de dezembro de 2021. Habitação e Cidadania. Disponível em: [https://www.agenciapara.com.br/noticia/33861/es-tado-entrega-97-unidades-habitacionais-nos-conjuntos-riacho-doce-i-ii-e-iii-em-belem#:~:text=Os%2097%20apartamentos%20entregues%20nesta,Habita%C3%A7%C3%A3o%20do%20Par%C3%A1%20\(Cohab\)](https://www.agenciapara.com.br/noticia/33861/es-tado-entrega-97-unidades-habitacionais-nos-conjuntos-riacho-doce-i-ii-e-iii-em-belem#:~:text=Os%2097%20apartamentos%20entregues%20nesta,Habita%C3%A7%C3%A3o%20do%20Par%C3%A1%20(Cohab)). Acesso em: 01/11/2022.

RODRIGUES, Roberta Menezes; ARAÚJO, Queila Pantoja de; CASTRO, Ravy Bassalo. URBANIZAR AS BAIXADAS: Um

Balço do PAC na Região Metropolitana de Belém. In: CARDOSO, Adauto Lúcio (org.). URBANIZAÇÃO DE FAVELAS NO BRASIL:

um balanço preliminar do PAC. Primeira Edição Rio de Janeiro; ALMEIDA, Daniel Vater de. Plano Agache: A cidade do Rio de Janeiro como palco do 1º Plano Diretor do país e a consolidação do urbanismo no Brasil. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina. Universidade de São Paulo, p.461-482, março 2005.

ARANTES, Pedro Fiori. O ajuste urbano: as políticas do Banco Mundial e do BID para as cidades latino-americanas. 2004. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16131/tde-14102022-101725/pt-br.php>. Acesso em: 08 fev. 2023.

ASSUNÇÃO, Joyce. Prefeitura assina aditivos e garante conclusão de projetos habitacionais no Portal da Amazônia e Vila da Barca. Agência Belém. 10/01/2023. Moradia Digna. Disponível em: <https://agenciabelem.com.br/Noticia/231237/prefeitura-assina-aditivos-e-garante-conclusao-de-projetos-habitacionais-no-portal-da-amazonia-e-vila-da-barca>. Acesso em: 09/02/2023.

BONDUKI, Georges. Origens da Habitação Social no Brasil. Análise Social, Lisboa, v.24, nº 127, 1994.

CAIXA ECONOMICA FEDERAL. Acompanhamento de Operações. Disponível em: <https://webp.caixa.gov.br/siurb/ao/pag/filtro-cid.asp>. Acesso em: 16 e 17 de novembro de 2022.

CARDOSO, Adalto Lúcio; ARAGÃO, Thêmis Amorim; JAENISCH, Samuel Thomas (Orgs.). Vinte e dois anos de política habitacional no Brasil: da euforia à crise. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Metrôpoles, 2017.

CARDOSO, Adauto Lucio. DENALDI, Rosana. Urbanização de favelas no Brasil: Um balanço preliminar do PAC. 1 ed. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

FRIAS, Ronan (COHAB). Governo do Estado entrega mais 176 unidades do residencial Riacho Doce. Agência Pará. 01 de Junho de 2022. Habitação e Cidadania. Disponível em: <https://agenciapara.com.br/noticia/37498/governo-do-estado-entrega-mais-176-unidades-do-residencial-riacho-doce>. Acesso em: 01/11/2022.

FRIAS, Ronan (COHAB). Estado conclui entrega de todas as 448 unidades do conjunto Riacho Doce, em Belém. Agência Pará. Julho de 2022. Habitação. Disponível em: <https://www.agenciapara.com.br/noticia/38378/estado-conclui-entrega-de-todas-as-448-unidades-do-conjunto-riacho-doce-em-bel-em#:~:text=Com%20a%20entrega%20de%20hoje,com%206%20meses%20de%20anteci%20pa%C3%A7%C3%A3o>. Acesso em: 01/11/2022.

GOV.BR. Minha Casa Minha Vida. Gov.Br. 11 de agosto de 2023. Minha Casa Minha Vida. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/novopac/cidades-sustentaveis-e-resilientes/minha-casa-minha-vida>

GOV.BR. Periferia Viva - Urbanização de Favelas. 11 de agosto de 2023. Periferia Viva - Urbanização de Favelas. Disponível em: <https://www.gov.br/casacivil/novopac/cidades-sustentaveis-e-resilientes/periferia-viva-urbanizacao-de-favelas>.

LIMA, Jéssica Diniz. Comunidade pede solução para entraves sobre o projeto habitacional do Portal da Amazônia. Alepa PA. 24 de Fevereiro de 2022. Notícia. Disponível em: <https://www.alepa.pa.gov.br/noticiadep/7053/116>. Acesso em: 01/11/2022.

MARICATO, Ermínia. Política habitacional no regime militar: do milagre brasileiro a crise econômica. Petrópolis: Vozes. Acesso em: 08 fev. 2023., 1987.

MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2010. Guia para o mapeamento e caracterização de assentamentos precários. Brasília: Ministério das Cidades. ISBN: 978-85-7958-015-4.

MIRANDA, Victor. Área no Portal da Amazônia é desocupada de forma pacífica. Agência Belém. 13 de setembro de 2022. Segurança e Habitação. Disponível em: <https://agenciabelem.com.br/Noticia/227766/area-no-portal-da-amazonia-e-desocupada-de-forma-pacifica#:~:text=%22Quando%20tomamos%20c3o,titular%20da%20Sehab%2C%20Rodrigo%20Moraes>. Acesso em: 01/11/2022.

PIMENTEL, Dilson. Após 13 anos, moradores recebem apartamentos no Portal da Amazônia. OLIBERAL. 03 de agosto de 2021. Disponível em: <https://www.oliberal.com/belem/apos-13-anos-de-luta-moradores-recebem-apartamentos-no-portal-da-amazonia-1.417997>. Acesso em: 01/11/2022.

PINHEIRO, Andréa de Cássia Lopes et al. Assentamentos precários na região metropolitana de Belém: baixadas e ocupações. In: MORAIS, Maria da Piedade; KRAUSE, Cleandro; LIMA NETO, Vicente Correia (ed.). Caracterização e tipologia de assentamentos precários: estudos de caso brasileiros. Brasília, DF: IPEA, 2016. cap. 8, p. 189-248. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/366>.

PONTES, Juliano Pamplona Ximenes; RODRIGUES, Roberta Menezes, BRANDÃO, Ana Júlia Domingues das Neves, MELO, Ana Carolina Campos de, SOUZA, Elidelson Silva de. Urbanização de assentamentos precários na região metropolitana de Belém: problemas de desenho e infraestrutura urbana = Urbanización de asentamientos precarios en la región metropolitana de Belém: problemas de diseño e infraestrutura urbana. In: D'OTTAVIANO, Maria Camila Loffredo; ZUQUIM, Maria de Lourdes. Práticas recentes de intervenções contemporâneas em cidades da América Latina. São Paulo: FAU, 2014. p. 73-105. Disponível em: <http://livroaberto.ufpa.br/jspui/handle/prefix/451>. Acesso em: 06/10/2022.

PONTODEPAUTA. Prefeitura de Belém retoma obras de habitação no conjunto Neuton Miranda, Portal da Amazônia e Vila da Barca. 22 de fevereiro de 2022. Cidades. Disponível em: <https://pontodepauta.com/2022/02/22/prefeitura-de-belem-retoma-obras-de-habitacao-no->

conjunto-neuton-miranda-portal-da-amazonia-e- vila-da-barca/. Acesso em: 01/11/2022.

PORANGABA, A. T. . (2020). A habitação para a população de baixa renda no Brasil: termos e conceitos difundidos pela Política Nacional de Habitação. *Revista Brasileira De Estudos Urbanos E Regionais*, 22. <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202038> ROCHA, Matheus (CPH). Estado entrega 97 unidades habitacionais nos conjuntos Riacho Doce I, II e III, em Belém. Agência Pará. 21 de dezembro de 2021. Habitação e Cidadania. Disponível em: [https://www.agenciapara.com.br/noticia/33861/estado-entrega-97-unidades-habitacionais-nos-conjuntos-riacho-doce-i-ii-e-iii-em-bel-em#:~:text=Os%2097%20apartamentos%20entregues%20nesta,Habita%C3%A7%C3%A3o%20do%20Par%C3%A1%20\(Cohab\)](https://www.agenciapara.com.br/noticia/33861/estado-entrega-97-unidades-habitacionais-nos-conjuntos-riacho-doce-i-ii-e-iii-em-bel-em#:~:text=Os%2097%20apartamentos%20entregues%20nesta,Habita%C3%A7%C3%A3o%20do%20Par%C3%A1%20(Cohab)). Acesso em: 01/11/2022.

RODRIGUES, Roberta Menezes; ARAÚJO, Queila Pantoja de; CASTRO, Ravy Bassalo. URBANIZAR AS BAIXADAS: Um Balanço do PAC na Região Metropolitana de Belém. In: CARDOSO, Adauto Lúcio (org.). URBANIZAÇÃO DE FAVELAS NO BRASIL: um balanço preliminar do PAC. Primeira Edição Rio de Janeiro; Letra Capital, 2018.